



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA SANTA HELENA
“LEGISLANDO PARA O FUTURO MELHOR”

AV. JOSÉ EMÍLIO DE MORAES, S/Nº - CENTRO – CEP 78548-000 - NOVA SANTA HELENA – MATO GROSSO
email: camara_nsh@outlook.com Fone/ Fax (066) 3523-1100

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO
Nº 02/2024

AUTORIA: MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL

Súmula: “AUTORIZA A APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE REVISÃO GERAL ANUAL NA ORDEM DE 4,62% AOS AGENTES POLÍTICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA MT.”

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E REGIMENTAIS, APRESENTA AO PLENÁRIO O SEGUINTE PROJETO DE LEI:

Art. 1º Fica autorizada a fixação de índice de revisão geral anual dos subsídios dos agentes políticos do Município de Nova Santa Helena/MT, que será concedido de acordo com o percentual acumulado de inflação do ano de 2023, na ordem de 4,62 % (quatro vírgula sessenta e dois por cento) - Índice Nacional de Preços aos Consumidores Amplo – IPCA/IBGE, conforme segue:

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo	
2023	4,62 %
Total	4,62 %

Art. 2º Ficam o Legislativo e o Executivo Municipal autorizados a realizarem a aplicação do Índice de Revisão Geral Anual previsto no Art. 1º dessa Lei sobre o mês de janeiro do corrente ano, devendo os valores ser adimplidos em parcela única no mês de fevereiro de 2024.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso.

05 de fevereiro de 2024.

Luiz Carlos Pelissari
Presidente

Valdir Bras de Moraes
Primeiro-Secretário



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA SANTA HELENA
“LEGISLANDO PARA O FUTURO MELHOR”

AV. JOSÉ EMILIO DE MORAES, S/Nº - CENTRO – CEP 78548-000 - NOVA SANTA HELENA – MATO GROSSO
email: camara_nsh@outlook.com Fone/ Fax (066) 3523-1100

JUSTIFICATIVA

Nobres *edis*, conforme é sabido, a Constituição Federal, no inciso X do art. 37, assegura a revisão geral da remuneração dos servidores públicos e dos subsídios. Igualmente, na lei orgânica municipal também é assegurado o direito ao RGA.

Tanto para agentes políticos quanto para servidores, considera-se que o RGA não configura aumento de remuneração, mas tão somente a recomposição do poder aquisitivo da moeda face à inflação. Nesse sentido, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em certa oportunidade, já se manifestou pela possibilidade de revisão dos subsídios dos agentes políticos, sem afronta ao princípio da anterioridade.

Sendo assim, nada mais justo do que conceder a revisão aos agentes políticos deste município, em conformidade com os preceitos constitucionais.

Câmara Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso.

05 de fevereiro de 2024.

Luiz Carlos Pelissari
Presidente

Valdir Bras de Moraes
Primeiro-Secretário